

Arqueologia viária romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira

RODRIGO BANHA DA SILVA¹ MUSEU DA CIDADE/CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA E FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Introdução

➤ Procuraram expor-se, neste trabalho, conhecimentos obtidos sobre as estruturas viárias romanas fossilizadas no subsolo da atual Praça da Figueira, exumadas pela intervenção arqueológica urbana ali desenvolvida entre 1999 e 2001. A matéria, contudo, não fica esgotada: faltam ainda executar estudos complementares que permitam, por exemplo, caracterizar as construções do ponto de vista da composição ou, e o que é mais importante, aferir de forma mais precisa as datações de alguns dos momentos construtivos intermédios da vida das estruturas.

De um ponto de vista metodológico, procurou avançar-se com propostas de cronologia, obtidas a partir dos estudos já executados sobre as classes de artefactos que encerram maior potencial datante (moedas, *terra sigillata* e outras cerâmicas “finas”, ânforas,...) e da correlação das unidades estratigráficas (adiante u.e.) que compõem as *viae* com as que integram a restante dinâmica do local, em particular os contextos selados identificados.

Antecedentes da I.A.U. da Praça da Figueira 1999/2001

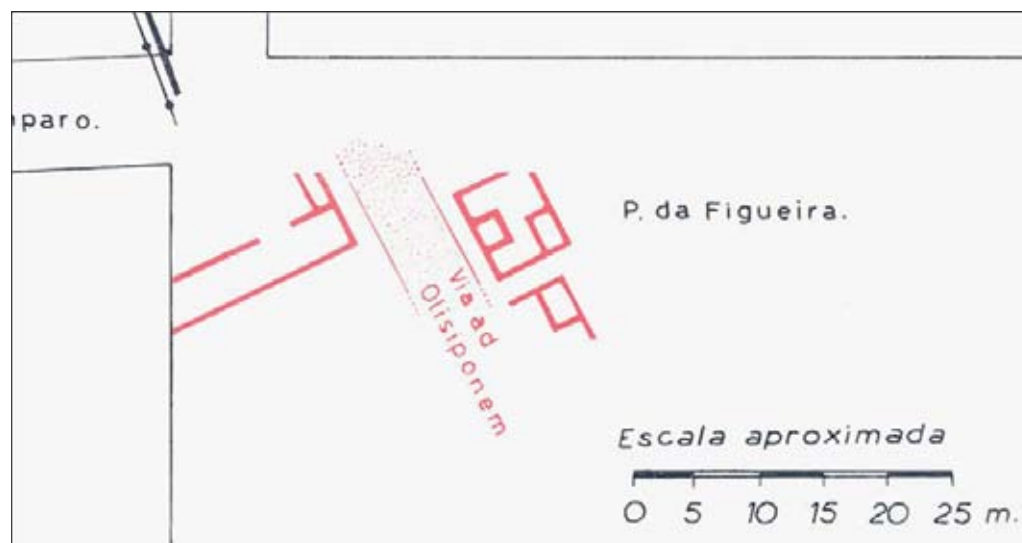
As primeiras ações arqueológicas no espaço da Praça da Figueira foram conduzidas por Irisalva Moita, que escavou, entre 22 de agosto e 24 de setembro de 1960, as ruínas do Hospital Real de Todos-Os-Santos, dependências do Convento de São Domingos e a Ermida de N.^a Sr.^a do Amparo².

Prosseguindo o acompanhamento das obras de instalação do metropolitano na zona, a partir de abril de 1961 recolheu vários mobiliários funerários romanos e epígrafes com o mesmo carácter, exumados pelos trabalhos da obra a um nível mais profundo, tentando desencadear a escavação do local. Seria apenas em finais daquele ano que se deslocaria ao subsolo, tendo recolhido mais materiais, identificado construções e removido os elementos arquitetónicos nelas inseridos que lhe pareceram significativos, publicando uma planta de síntese dos achados que, sabemos hoje, reflete as limitações metodológicas e os condicionamentos a que a execução daquelas tarefas esteve sujeita³.

A ação de Moita teve o mérito de ter despoletado a escavação arqueológica propriamente dita dirigida por Fernando Bandeira Ferreira, debaixo dos auspícios da Junta Nacional da Educação. Iniciada em fevereiro de 1962, contou com colaboradores preparados, destacando-se a figura de Eduardo Prescott Vicente⁴, mas também de estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa como Justino Mendes de Almeida, Luís Filipe Thomás, Fernando Castelo Branco, Maria Luísa Oliveira Marques, entre outros⁵.

A escavação arqueológica nunca seria publicada⁶. Os únicos elementos disponibilizados foram alvo de uma comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa em 1962, objeto de um curto resumo, de uma publicação de Fernando Castelo Branco, dada à estampa em 1961⁷ (inexoravelmente elaborada depois, por conter a planta de síntese da escava-

Figura 1
Planta de síntese das estruturas romanas exumadas na Praça da Figueira em 1962, elaborada por Eduardo Prescott Vicente (segundo F. Castelo Branco- 1961).



ção, elaborada por Eduardo Prescott Vicente), e duas epígrafes então recolhidas, que não acompanharam o remanescente do espólio para o Museu da Cidade de Lisboa⁸.

A confrontação dos dados disponíveis no relatório manuscrito de Bandeira Ferreira permitem verificar que as áreas afetadas pela ação de Irisalva Moita coincidem com o espaço depois objeto de escavação arqueológica⁹.

Estas circunstâncias fizeram com que o troço de via romana detetado pela intervenção de 1962, ao longo da qual se dispunham as construções funerárias, não tenha sido referenciado pela investigação posterior sobre Lisboa, nem que a mesma se apercebesse da sua importância, denunciada de forma relativa pela largura de tabuleiro reconhecida (vide infra). (FIG. 1)

O espaço da Praça da Figueira seria afetado, posteriormente, por diversas intervenções urbanísticas com impacto no subsolo e nos níveis romanos. Para além da colocação do embasamento da estátua de D. João I no local original, acompanhado por Irisalva Moita em 1970, procedeu-se também à implementação de uma estrutura subterrânea da E.D.P., em data desconhecida, e de uma outra da Carris, em 1990, que saiba sem qualquer intervenção arqueológica associada. Esta última ação cerceou a informação referente à via romana, razão pela qual o tratamento dos troços escavados em 2000 e 2001 se faz em referência a dois setores distintos, como se verá abaixo, descontínuos entre si.

Enquadramento urbanístico do local em época romana imperial

As sínteses mais recentes sobre as características da cidade de *Olisipo* em época imperial romana têm empregue os preceitos clássicos sobre definição de áreas ideológico-funcionais, isto é, distinguindo o *poemierium* das áreas de *suburbia*, dado ter-se verificado serem conceitos operatórios para Lisboa¹⁰.

A área da atual Praça da Figueira corresponde, neste sentido, a uma zona suburbana e peri-urbana, utilizada no essencial como necrópole nas zonas laterais próximas à via que se desenvolve no sentido Sudoeste-Nordeste, como se viu, identificada em 1962.

A poente do local, no subsolo do Rossio, foram localizados os vestígios da *spina* e *arena* de um *circus*. Primeiro em 1961, então interpretados como cais portuário ou estrutura

viária¹¹, e depois, durante os trabalhos articulados com a expansão do metropolitano da década de '90, quando em definitivo se atribuiu corretamente o conjunto das estruturas àquele tipo de edifício¹².

A cronologia da instalação deste equipamento público de grandes dimensões é ainda alvo de controvérsia, com propostas que remetem a sua edificação para os meados do século I d.C.¹³ ou o século III d.C.¹⁴.

A questão parece, porém, não merecer controvérsia excessiva: o estudo do conjunto de *terra sigillata* recolhido na intervenção do Rossio demonstrou a presença minoritária de produções itálicas, o predomínio de fabricos da Gália do Sul e a escassez de hispânicos, conjuntamente com a ausência de claras africanas¹⁵. Estes elementos permitem descartar em definitivo as cronologias tardias avançadas pelos próprios autores do estudo.

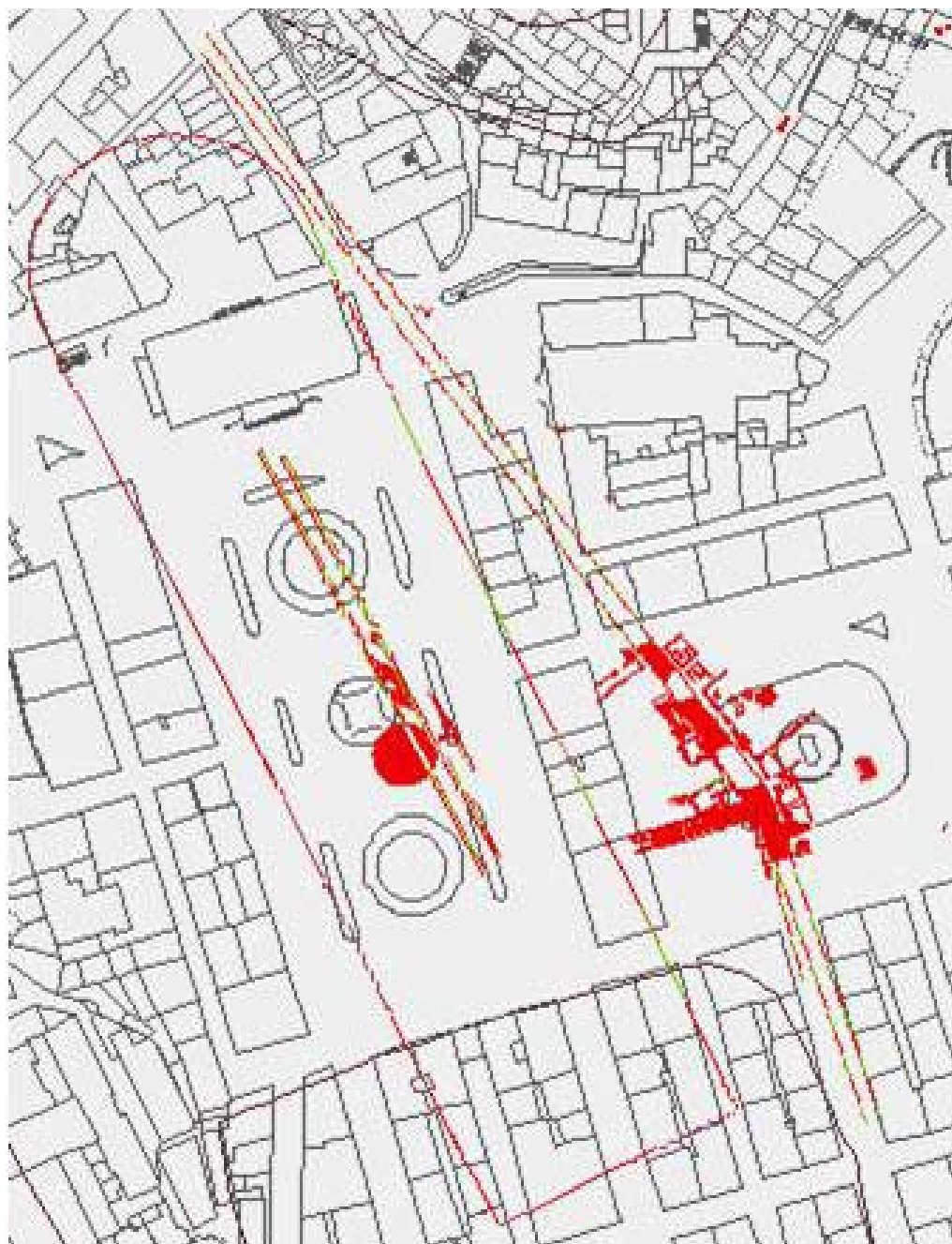


Figura 2
Excerto da planta de Lisboa, respeitante à área próxima do Rossio, indicando as estruturas romanas detetadas pelas intervenções e achados arqueológicos (segundo R.B.Silva 2005).

Em sentido oposto, alguns dos elementos apresentados não autorizam a proposta de datação mais recuada, indicando o período entre os finais do século I d.C. e o primeiro terço como o mais provável. Ainda assim deverá ter-se presente que o que se conhece do edifício é uma área ínfima, face à sua magnitude original, advogando as maiores cautelas na extrapolação dos resultados, tanto mais que os ritmos de construção deste tipo de estruturas monumentais colocam problemáticas especiais¹⁶.

Para norte, achados ocasionais verificados antes do século XVI, em 1898 e 1900, na área de São Domingos, documentam a continuidade da via de sentido sudoeste-nordeste ladeada por usos funerários¹⁷.

Para noroeste, nas encostas do Monte de Sant’Ana, foi documentada uma *via vicinalis*, cujo carácter é denunciado pela reduzida largura de tabuleiro de circulação, também pontuada lateralmente por usos funerários, mais dispersos e contemporâneos dos documentados no subsolo da Praça da Figueira¹⁸. (FIG. 2)

A evolução em época romana do espaço intervencionado em 1999-2001 e as estruturas viárias identificadas.

O faseamento da ocupação romana do espaço do atual estacionamento subterrâneo da Praça da Figueira é constituído por cinco fases, urbanística e funcionalmente distintas. Este faseamento não espelha ainda a riqueza informativa que o local encerrava, refletindo o estado atual da investigação sobre os elementos colhidos.

Fase I – Primeiros vestígios de ocupação, datados de época republicana romana em função de dois fragmentos encontrados em contexto, formalmente não classificáveis, de produções de Campaniense de tipo A e B, acompanhados de fragmentos de parede de ânforas Dressel I (Classes 3-5).

Corresponde a um depósito (U.E. 3701), onde as cerâmicas datam maioritariamente das Idades do Bronze e Ferro, identificado no extremo NO da área intervencionada, com probabilidade correspondente à colmatação do vale de encaixe do Esteiro do Tejo, que percorria a Baixa atual mais para norte.

Muito embora não tenham sido revelados vestígios construtivos datados destas épocas, parece sugestiva a sua presença enquanto evidência da ocupação ou utilização de espaços próximos.

Fase II – Primeiros momentos de ocupação urbanística do local, correspondentes à edificação da estrutura viária de sentido SE-NO, apenas identificada no setor H-I/8-9 (vide figura 3, infra).

A estrutura viária possuía os seus limites laterais afetados pelas ações posteriores, sendo possível apenas estimar a sua largura como superior a 4,80 m.

O tabuleiro da via [8230], constituído por calcarenitos calcados, sobrepunha-se à estrutura negativa [8259], em cujo enchimento foi recolhido um dupôndio de Emerita, cunhado sob Tibério, e *terra sigillata* itálica e sud-gálica, com predomínio da primeira. O conjunto aponta para uma formação do contexto dentro do principado daquele Imperador, com maior probabilidade para momentos já avançados do mesmo.

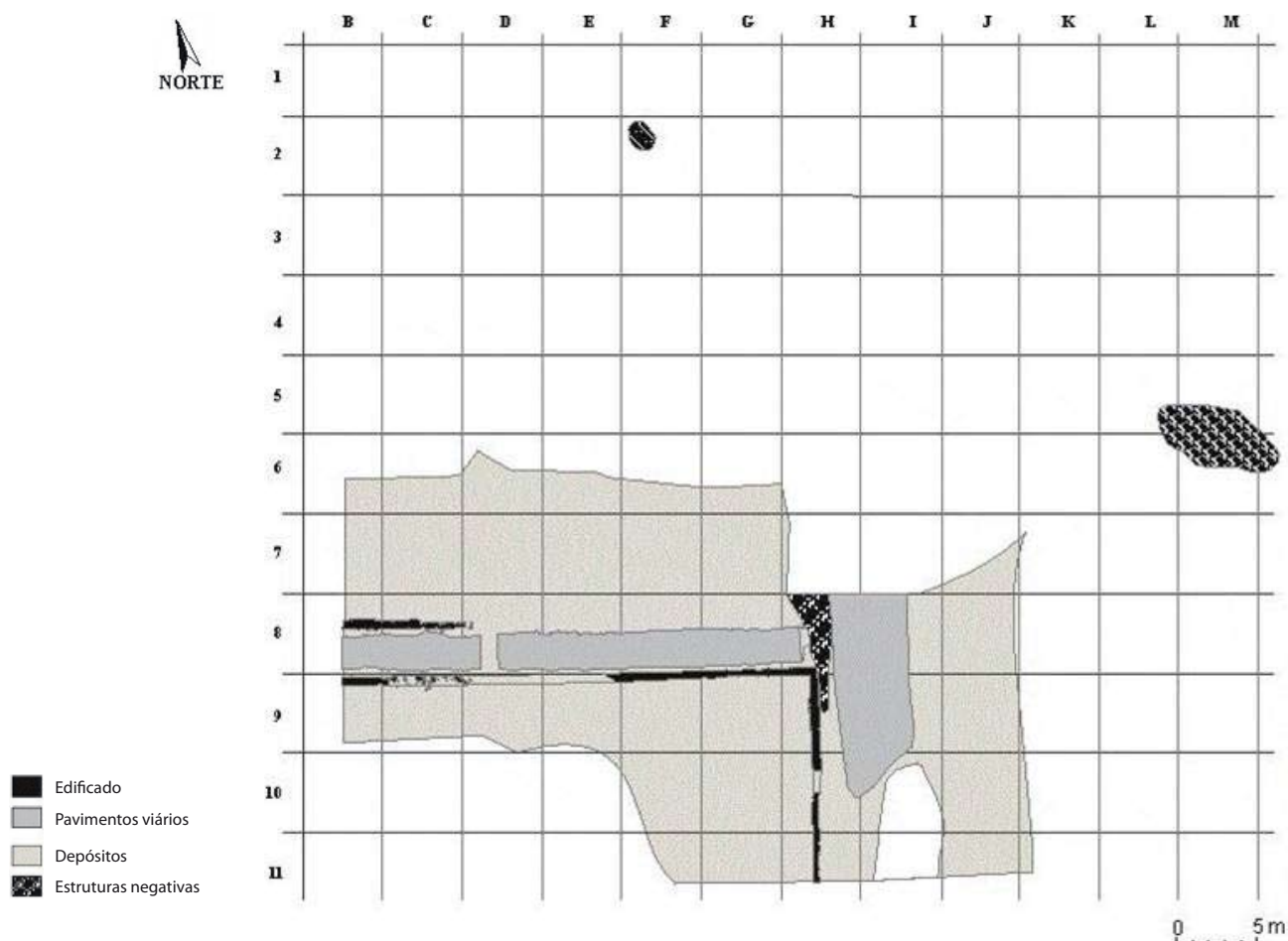


Figura 3
Plano das evidências de ocupação romana da Fase II.

Em data um pouco posterior, foi edificada uma outra via, de sentido “Este-Oeste” entroncando com a anterior. Dotada de um tabuleiro de constituição similar ao anterior ([8545]), era limitada num dos lados por uma fiada de pedra de pequena dimensão, estando o outro afetado por ações posteriores. A sua largura máxima conservada cifrava-se em 2,85 m, mas talvez se possa restituir a original para valores próximos aos 3,00 m. Limitando esta via, secundária em relação à anterior, foi erigido um muro de *limitatio* de ambos os lados e ao longo do lado ocidental da via “Norte”.

A orientação destas estruturas coincide com a da atual “Baixa Pombalina” e da anterior compartimentação interna do Hospital Real de Todos-Os-Santos (séc.XV-XVIII), sendo possível equacionar tratar-se de um traçado urbano com origem romana, dado, porém, não corroborado pelas estruturas medievais islâmicas escavadas no local.

Nas u.e.s de preparação para a sua construção foi recolhido um conjunto de *t.s.* maioritariamente sud-gálico, onde pontua um cálice da forma Drag.11 datado do principado de Cláudio, que indicará com probabilidade o momento da sua instalação em data próxima. (FIG. 3)

Fase III – Esta fase corresponde ao período de maior atividade registada, durante a qual a via romana “Norte” assume a configuração que vai manter até ao final da presença romana imperial. O espaço próximo da via revelou-se utilizado, sobretudo, para práticas funerárias que assumiram carácter monumentalizado (vide figura 4, infra).

O seu tabuleiro mais antigo [9907]/[8219] foi limitado de ambos os lados por uma fiada de pedra de média dimensão, ligeiramente sobrelevado em relação às faixas laterais

não edificadas. Constituído por calcarenito calcado com inertes, a sua largura estimava-se em 5,95 m, o equivalente a 30 pés romanos.

No troço identificado a norte, a via sobrepunha-se à fossa [8936], formada durante a fase II e datada de Tibério, a partir do conjunto de *t.s. itálica* onde se registou a presença de uma marca *in planta pedis*, infelizmente ilegível.

Inclusa nas u.e.s de preparação ou empregues como inertes no piso, a *terra sigillata* era exclusivamente itálica e sud-gálica, esta predominante e contando com duas marcas datadas de 45-70 d.C. Acompanhavam estes materiais cerâmicas de paredes finas com decoração em granitado arenoso, béticas (forma Mayet XXXVII), ânforas lusitanas (Lusitana 12 de Diogo e Dressel 14) e béticas (Haltern 70, Dressel 20 e, possivelmente, Dressel 7/11).

Concorrendo no mesmo sentido, e dada a contiguidade com a área escavada em 1962, a análise dos conjuntos funerários exumados no interior do edifício SE aponta para cronologias dentro do principado de Nero, embora sejam admissíveis datações até ao início dos Flávios¹⁹.

Estes elementos indicam que a configuração que os troços que a via apresentava correspondem a uma profunda edificação ocorrida seguramente em data posterior a 45 d.C., com maior probabilidade dentro da década de 60.

A via “Norte” foi alvo de uma profunda reformulação posterior, de acordo com os dados recolhidos no troço identificado no setor F-H/1-4, tendo o tabuleiro sido substituído por um outro [9905], de composição e orientação coincidente, mas a uma cota c.0,50 m superior.

O estudo dos materiais datantes recolhidos não autorizam, no momento, uma atribuição cronológica fina. Foram registadas cerâmicas remobilizadas de níveis mais antigos, mas assinala-se agora a presença de alguns exemplares de *t.s. hispânica* (formas dos tipos Drag.27 e 15/17) e, sobretudo, de *t.s. clara africana A* (formas do tipo Hayes 3a, 3b, 9b) que remetem para cronologias já dentro do século II d.C.

Neste mesmo setor foi identificada ainda uma outra repavimentação com as mesmas características da anterior, ficando a via dotada de novo tabuleiro [9903]. As únicas indicações cronológicas para esta ação correspondem: à construção no séc. III d.C. de um muro e instalação de um portão duplo, dotado de gonzos e linguetas, na ligação da via “Este-Oeste”, que certamente estabeleceria a ligação com o *circus*, pelo menos nesta época; à edificação de um conjunto de embasamentos de grandes monumentos funerários e respetivos muros de recinto no setor I-K/7-11, que obliteraram sepulturas do séc. II d.C. e inícios do seguinte com mobiliário funerário que integrava *t.s. hispânica* e *clara africana A* (formas dos tipos Hayes 9b e 17).

Seria este o piso em utilização quando se operou a campanha de “desmonumentalização” da área de necrópole, que ditou a remoção de todos os elementos de cantaria trabalhada (apenas se recolheu, em todo o espaço, um elemento), episódio que define o início da fase IV. (FIG. 4)

Fase IV – Este momento da periodização, corresponde à utilização de setores muito limitados do espaço como área de sepultamento. Regista-se escassa atividade construtiva, limitada a uma intervenção pontual que reutiliza silhares almofadados de grandes dimensões como estrutura de acesso ao recinto funerário localizado em DE/3-4. O remanescente das construções confinantes com a via ou se encontrava soterrado por depósitos de escombros ou aflorava entre estes (vide figura 5, infra).

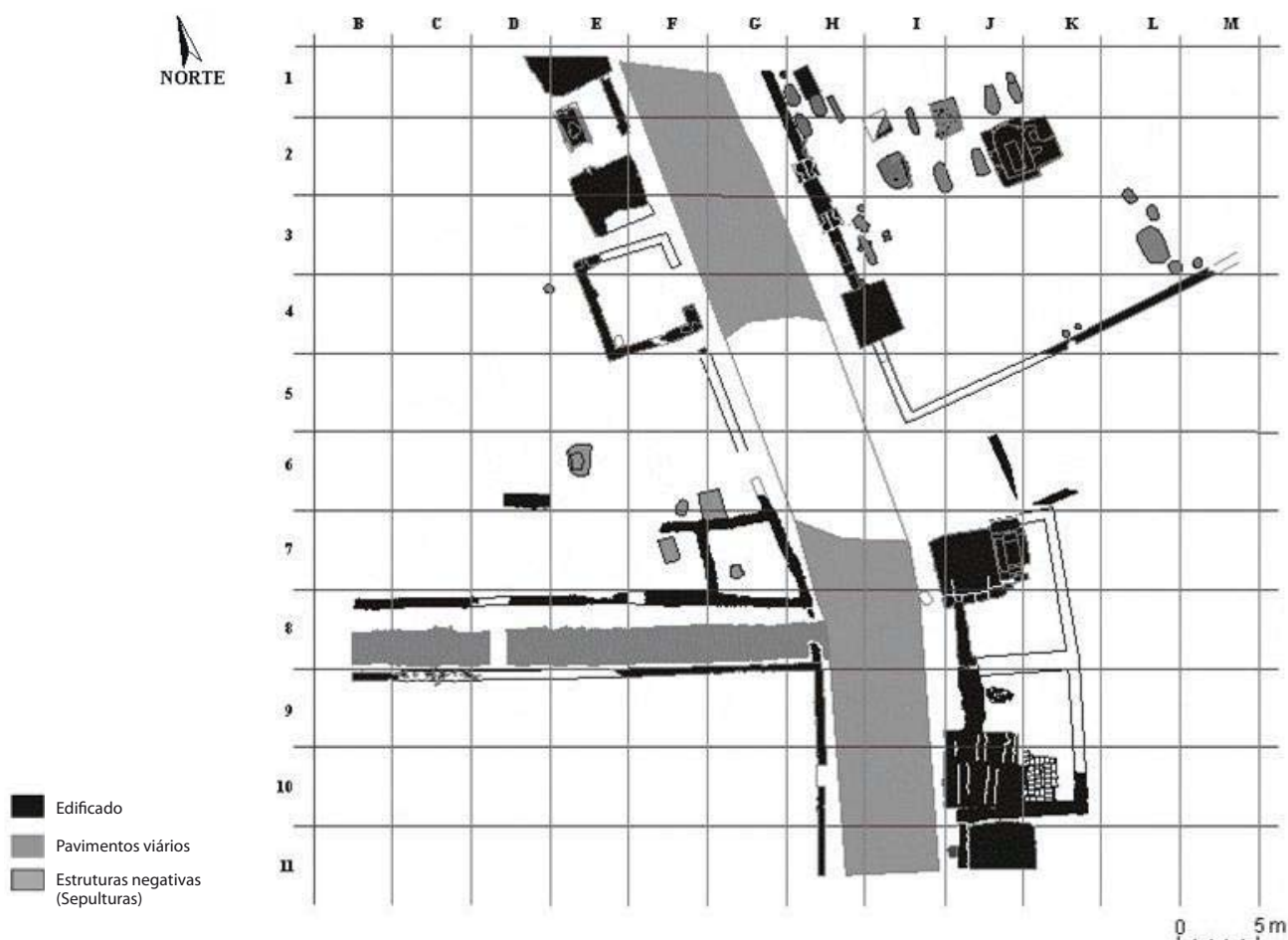


Figura 4
Plano das evidências de ocupação romana mais relevantes da Fase III.

O conjunto das sepulturas apresenta um perfil “clássico”, praticando-se a inumação, maioritária, e incineração, com espólios situáveis nos séc.III-IV d.C.

A sepultura isolada, encontrada em E-2, é a que fornece indicadores cronológicos mais úteis. Correspondente a uma inumação em ataúde de madeira onde, no seu interior, se depositou uma taça de vidro transparente do tipo Isings 42a(a que é atribuída uma datação dos Flávios aos inícios do século III d.C.²⁰, uma taça da forma Hayes 17 em *terra sigillata* clara africana A, com uma cronologia de 150-250 d.C.²¹, um prato da forma Hayes 50A, em fabrico C2 de *t.s.c.a.*, a que se atribui uma datação entre 230 e 300 d.C.²², um numisma em cobre, ilegível, uma lucerna do tipo Rio Tinto-Aljustrel, um pote em cerâmica comum (colocado no exterior do caixão, junto da zona dos pés) e fragmentos de um copo em vidro transparente, inclassificável pelo seu estado de conservação.

Parece revelador que a lucerna encontre paralelo exato em exemplares encontrados no naufrágio de Cabrera III, ocorrido cerca de 257 d.C., e que o navio transportasse igualmente vasos em *t.s.* africana clara correspondentes às formas e produções aqui presentes²³. Parece também significativo que a forma Hayes 50A em fabricos C1 e C2 tenha surgido em contextos bem datados da segunda metade do século III d.C., como o correspondente à destruição de Ampurias, de 264 d.C. ou os de meados do século III d.C., escavados na Alcudia de Elche²⁴.

Por fim, apesar das cautelas que aconselha o mau estado da moeda, o facto de o seu disco se apresentar mais largo e espesso que os dos *antoniniani*, pode indicar tratar-se já de um *follis* dos tipos cunhados sob a tetrarquia ou por Constantino I.

Estes indicadores parecem validados pelo pequeno conjunto de moeda passível de classificação e encontrada dispersa em associação às u.e.s depositadas sobre a destruição dos muros que ladeavam a via secundária e o troço da via “Norte”, a SE do entroncamento de ambas: um *antoninianus* de Galieno (265-268 d.C.) e seis *antoniniani* de consagração de Cláudio II (270 d.C. e após).

Evidenciando bem o abandono da via secundária, sobre o antigo pavimento foi edificado um pequeno murete ovalado e, a meio do antigo tabuleiro, praticado um *bustum* com deposição dos *ossilegia* (sem espólio datante) em cista de tijolo, sepultamento assinalado por um bloco reaproveitado com vestígios de estuque branco em duas das faces. Este elemento deverá ser colocado em relação com a vida do *circus* ao qual daria acesso.

O conjunto dos indicadores exposto autoriza uma cronologia para o evento que dá origem à fase IV dentro do último terço do séc.III d.C. (FIG.5)

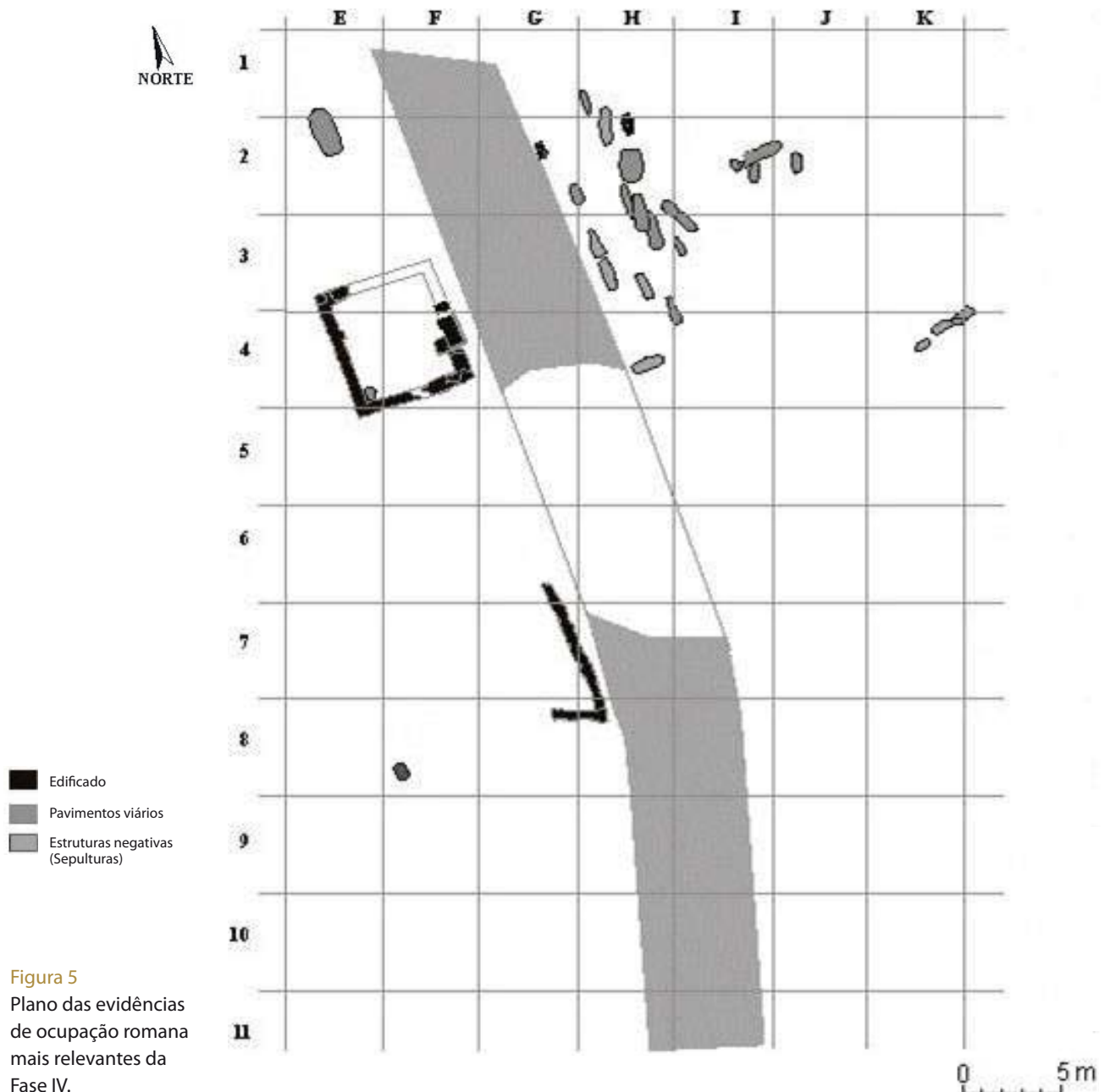


Figura 5
 Plano das evidências
 de ocupação romana
 mais relevantes da
 Fase IV.

Fase V – A última fase de ocupação do espaço corresponde a uma nova utilização da área, de carácter estritamente periurbano, tendo-se documentado a instalação de uma área habitacional em E-G/6-8 e a prática de inumações quase exclusivamente de infantes, dispersos no espaço e em muito reduzido número (vide figura 6, infra).

A unidade habitacional reaproveita muros ainda expostos na fase anterior, adossando um grande compartimento retangular ao já existente. Dos pavimentos foram identificados vestígios em F6 de *opus signinum* com um orifício de limpeza, e terra batida no pequeno compartimento trapezoidal presente em G-H/7-8. De notar que no espaço estavam presentes apenas *imbrices*, não permitindo perceber se a totalidade da área se encontrava coberta.

Nos contextos estratigráficos interpretados como de abandono desta unidade foram recolhidos, entre outros materiais, restos de dois vasos em *t.s.* clara africana D: um prato da forma tipo Hayes 76 e uma taça/almofariz da forma do tipo Hayes 91B, a que são atri-

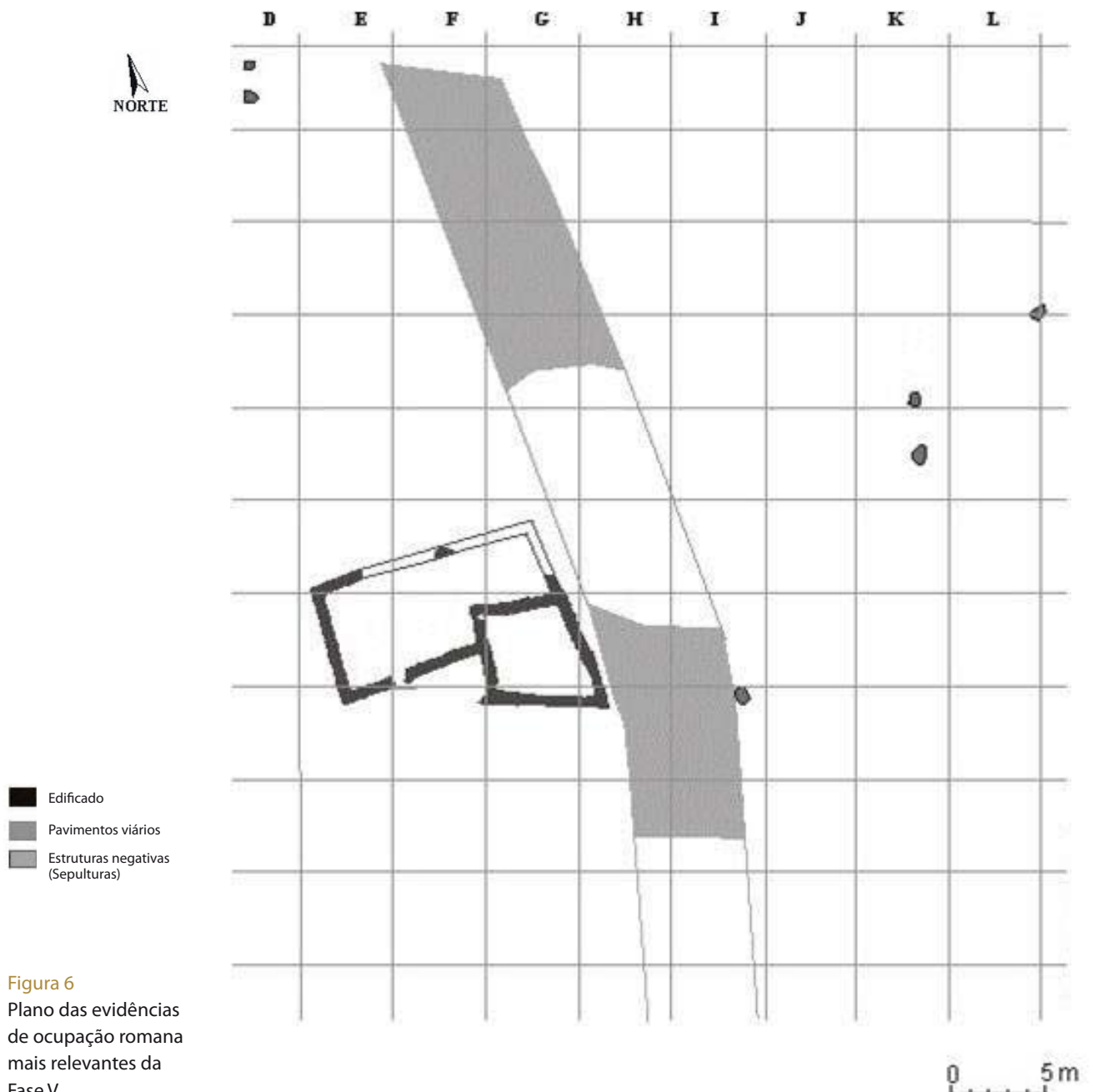


Figura 6
Plano das evidências de ocupação romana mais relevantes da Fase V.

buídas cronologias situadas entre, respetivamente, 425-475 d.C. e 380-500 d.C.²⁵. Em função destes dados, pode-se situar a ocupação em pleno século V d.C.

Dá-se, nesta fase, a última repavimentação da via “Norte”, identificada em ambos os setores. Este trabalho que correspondeu à sobreposição simples de um novo piso e representa a campanha com menor investimento de esforço na estrutura viária ao longo da sua sequência. Afortunadamente recolheram-se, em ambos os setores, dois numismas de Arcádio, remetendo a campanha de obras para os finais do século IV d.C. ou inícios do seguinte.

Em toda a área escavada, e sobrepondo-se também às unidades antes referidas, foi revelada a u.e. [8804], muito potente, argilosa e de textura muito homogénea e fina, que, pelas suas características, parece indicar um período de deposição lento e um episódio de abandono da área. Contendo abundante espólio das fases anteriores, entre os achados contam-se um fragmento, não classificado, de *t.s.cinzenta* paleocristã e um fragmento de epígrafe que, paleograficamente, deverá datar do séc. VI d.C. (inérito). Trata-se da última evidência assimilável ao período romano, agora já tardio, revelada pelos trabalhos arqueológicos de 1999-2001. (FIG. 6)

Considerações finais

Os elementos disponíveis sobre a rede viária do território próximo da cidade de *Olisipo* indicam a presença de três itinerários principais conhecidos e referenciados pela investigação²⁶.

Um primeiro eixo viário partiria da área atual de Alfama, passando depois pelas áreas de necrópole do Campo de Santa Clara e lado norte das instalações da Gare de Santa Apolónia, afastando-se do rio Tejo no vale de Chelas²⁷ para percorrer, quase em linha reta, os antigos campos dos Olivais, e o *fanum* (?) e necrópole associada de Poço de Cortes²⁸, até atingir a travessia do rio Trancão, na zona de Sacavém. Infelizmente, a única intervenção arqueológica urbana que detetou esta via, em 2006 na Rua da Regueira (Alfama)²⁹, revelou um curto troço que aproveitou o substrato rochoso para tabuleiro, não proporcionando assim elementos cronológicos de base estratigráfica.

A oeste da cidade, nas proximidades da atual zona da Igreja da Madalena, partiria um eixo de orientação “Este-Oeste”, que atravessaria o vale da Baixa e, passando pelas antigas portas de Santa Catarina, dirigir-se-ia para os *agri* a poente, pela zona de Alcântara. Um troço deste eixo, pavimentado a laje no seu momento final, foi já objeto de escavação arqueológica, estando patente no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios³⁰.

Para além deste eixo, que tinha origem no extremo ocidental do *decumanus maximus* da cidade, um outro desenvolvia-se a partir de um mesmo ponto, ou muito próximo. Atravessando longitudinalmente o vale da Baixa em direção à Rua das Portas de Santo Antão (cujo topónimo medieval era “Corredoura”)³¹, seguia depois pela Rua de São José, Andaluz, infletindo depois para Entrecampos (antigos campos de “Alvalade”), passando nas proximidades da necrópole romana afetada pela abertura da atual Avenida da República³², para se dirigir depois à atual Calçada de Carriche, atingindo desta forma a Várzea de Loures, para flanquear o rio de Loures³³. É ao trajeto inicial desta via que pertencerão os troços escavados na Praça da Figueira, antes apresentados.

Uma outra questão que se coloca é a da hierarquia dos eixos viários que se dirigem para Norte, isto é, para a capital conventual *Scallabis*, respetivamente partindo do ocidente e

do oriente da cidade de *Olisipo*, a partir do seu *decumanus maximus*. Apesar do contributo que representa o presente trabalho, os argumentos arqueológicos e epigráficos disponíveis parecem ainda manifestamente insuficientes.

Terá que se levar em consideração que, por mais extensos que tenham sido os troços escavados na Praça da Figueira, referem-se a uma ínfima parte da extensão original do tabuleiro, o qual pode ter sofrido reparações, reformas e construção de infraestruturas (de apoio, de travessia) em momentos não documentados naquele local.

Noutro sentido, o lapso temporal ali documentado de cinco séculos pode ter assistido a flutuações da relevância de cada um dos dois trajetos em causa que só a epigrafia poderia documentar.

Mais relevante que estas questões parecem ser a demonstração de vitalidade do caminho estudado no presente trabalho, que se manifesta nas sucessivas campanhas de reforma de que foi alvo. Se seria expectável que assim fosse para os séculos I-III d. C., visto tratar-se de um troço que daria acesso à mais extensa necrópole da cidade conhecida no momento e ao *circus*, já a instalação original detetada, com Tibério, e a última documentada, sob Arcádio, concorrem para se lhe atribuir um papel de primazia no quadro da relação de Olisipo com as zonas do seu *ager*.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1994)** – Lisboa romana e visigótica. In *Lisboa Subterrânea*. Electa. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa Capital Europeia da Cultura 1994. Lisboa, p. 58-63.
- ANDRADE, C.A.C.F. (2001)** – *Reconstituição do Enchimento do Esteiro da Baixa de Lisboa, Estuário do Tejo – Relatório Final*. Praxis XXI. Lisboa- Edição policopiada.
- BRANCO, Fernando Castelo (1961)** – Problemas da Lisboa Romana. Vestígios de um cais ou de uma necrópole? In *Revista Municipal*. 91. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, p. 61-75.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J.R. (1997)** – Contribuição para o conhecimento da ocupação Pré-Histórica de Lisboa: os Materiais da Praça da Figueira. In *Olisipo*. II Série. 5. Grupo Amigos de Lisboa. Lisboa, p. 7-12.
- CARDOSO, G. (2005)** – A presença romana em Cascais – um território da Lusitânia ocidental. Ministério da Cultura. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. Câmara Municipal de Cascais. Lisboa.
- DIAS, M.M.A. (1984)** – Um epitáfio romano achado em Lisboa. In *Euphrosyne – Revista de Filologia Clássica*. Nova Série. Vol.12. Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, p. 235-238.
- ENCARNAÇÃO, J. ; FERNANDES, L. (1997)** – Urna cinerária romana da Praça da Figueira. In *Olisipo*. II Série. 5. Grupo Amigos de Lisboa. Lisboa, p.15-19.
- FABIÃO, C. (1994)** – Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa. In *Penélope-Ler e Desfazer a História*. 13. Edições Cosmos. Cooperativa Penélope. Lisboa, p. 147-162.
- FARIA, A.M. (1995)** – Plínio-O-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas Hispano-Romanas localizadas no atual território português. In *Vipasca-Arqueologia e História*. 4. Câmara Municipal de Aljustrel. Aljustrel, p. 89-99.
- FARINHA, J.S.B. (1989)** – O metropolitano e a Baixa de Lisboa – condições geo-técnicas e históricas. Metropolitano de Lisboa. Cadernos do Metropolitano. 1. Lisboa.
- FERNANDES, L. (1997)** – *Os capitéis da Lusitânia*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. Edição policopiada.
- FERREIRA, F.A.R.B. (1962)** – *Diário das Escavações Sistemáticas na Praça da Figueira em Lisboa*. Junta Nacional da Educação. Lisboa. Manuscrito – exemplar policopiado a partir de microfilme.

- GASPAR, A.; GOMES, A.M.; SEQUEIRA, M.J.; SILVA, R.B.S. (1997)** – Arqueologia Urbana em Lisboa. In: *Atas do III Congresso Peninsular de Arqueologia (Vila Real, 1997)*. Vol. VII. *Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica*. Adecap. Porto, p. 53-74.
- GROS, P.; TORELLI, M. (1992)** – *Storia dell'urbanistica-II mondo romano*. Editori Laterza. Roma e Bari.
- HELENO, M. (1965)** – A estação lusitano-romana da Praça da Figueira. In: *Ethnos*. 4. Lisboa, p. 305-308.
- LINEROS ROMERO, R.; RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, I. (2001)** – Las vías romanas en el Mediterráneo. In: *La Via Augusta en la Bética*. Junta de Andalucía. S/L, p. 11-49.
- MANTAS, V.G. (1990)** – As cidades marítimas da Lusitânia. In: *Les Villes Romaines en Lusitanie, Hiérarchies, et Territoires (Table ronde Internationale du CNRS, 8-9 Décembre 1988)*. Centre National de la Recherche Scientifique. Paris, p.149-205.
- MANTAS, V.G. (1999)** – Olisipo e o Tejo. In: *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de julho de 1997)*. Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, p.15-41.
- MOITA, I. (1964-1966)** – Hospital Real de Todos-os-Santos (relatório das escavações a que mandou proceder a CML de 22 de agosto a 24 de setembro 1960). In: *Revista Municipal*. 101-111. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- MOITA, I. (1968)** – Achados de época romana no sub-solo de Lisboa. In: *Revista Municipal*. Ano 19. 116-117. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, p. 33-71.
- MOITA, I. (1993)** – As escavações de 1960 que puseram a descoberto parte das ruínas do Hospital Real de Todos-Os-Santos. In: *Hospital Real de Todos-Os-Santos Séculos XV-XVIII. Catálogo*. Museu Rafael Bordalo Pinheiro. Lisboa, p. 20-22.
- RIBEIRO, J.C. (1994)** – Felicitas Iulia Olisipo – Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea. In: *Almadan*. 2. 3. *Especial Arqueologia na Região de Lisboa*. Centro de Arqueologia de Almada. Almada, p. 75-95.
- SÁNCHEZ BARRERO, P.D.; GÓMEZ NIEVES, B. (1998)** – Caminos peri-urbanos de Mérida. In: *Mérida Excavaciones Arqueológicas 1998-Memória*. Mérida: Consórcio Mérida Ciudad Monumental, p. 549-569.
- SEPÚLVEDA, E.; VALE, A.; SOUSA, V.; SANTOS, V.; GUERREIRO, N. (2002)** – A cronologia do circo de Olisipo: a *Terra Sigillata*. In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5. 2. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 245-275.
- SILVA, A.V. (1944)** – *Epigrafia de Olisipo – subsídios para a história de Lisboa romana*. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, R.B. (1997)** – As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo In: *Atas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de fevereiro de 1997)*. Câmara Municipal de Almada. Divisão de Museus. Monografias Arqueologia. Almada, p. 193–205.
- SILVA, R.B. (1999)** – Urbanismo de Olisipo: a zona ribeirinha. In: *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de julho de 1997)*. Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, p.43-65.
- SILVA, R.B. (2005)** – *As «marcas de oleiro» em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C.-séc. II d.C)*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana. Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Edição Policopiada.
- VALE, A; FERNANDES, L. (1997)** – Intervenção arqueológica na Praça de D.Pedro IV (Rossio) em Lisboa. In: *Atas do 3.º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de fevereiro de 1997)*. Câmara Municipal de Almada. Divisão de Museus. Col. *Monografias Arqueologia*. Almada, p. 109 -121.
- VAQUERIZO, D.V., ed. (2002)** – *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano – Atas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba (5-9 de junio, 2001)*. Seminario de Arqueologia – Universidad de Córdoba. Córdoba.

NOTAS

- ¹ Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade. Mestre em Arqueologia Urbana.
- ² Irialva Moita, “Hospital Real de Todos-os-Santos (relatório das escavações a que mandou proceder a CML de 22 de agosto a 24 de setembro 1960)”, in *Revista Municipal*, n.ºs 101-111, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1964-1966 e idem, “As escavações de 1960 que puseram a descoberto parte das ruínas do Hospital Real de Todos-Os-Santos”, in *Hospital Real de Todos-Os-Santos Séculos XV-XVIII. Catálogo*, Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993, pp. 20-22.
- ³ Irialva Moita, “Achados de época romana no sub-solo de Lisboa”, in *Revista Municipal*, ano 19, n.ºs 116-117, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1968, pp. 33-71.
- ⁴ Recorde-se que foram Eduardo Precott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão a apresentar, em 1959 no I Congresso Nacional de Arqueologia, a comunicação “Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas”, *Atas I C.N.A.*, Lisboa, Ministério da Educação, 1959, em rutura clara com as práticas metodológicas de escavação correntes na época em Portugal, introduzindo o “Método Wheeler-Kenyon” e os pressupostos epistemológicos de entendimento da estratigrafia que este encerra.
- ⁵ Fernando Bandeira Ferreira, *Diário das Escavações Sistemáticas na Praça da Figueira em Lisboa*, Lisboa, Junta Nacional da Educação, 1962 (manuscrito- exemplar policopiado a partir de microfilme).
- ⁶ O tratamento do espólio que deu entrada no Museu da Cidade seria apenas executado nos primeiros anos da década de '90, por Manuela Leitão, a quem se deve, juntamente com Carlos Fabião, a recuperação do microfilme do relatório de Bandeira Ferreira referido na nota anterior.
- ⁷ Fernando Castelo Branco, “Problemas da Lisboa Romana. Vestígios de um cais ou de uma necrópole?”, in *Revista Municipal*, n.º 91, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1961, pp. 61-75.
- ⁸ Justino Mendes de Almeida e Fernando Bandeira Ferreira, “Varia Epigráfica”, in *Revista de Guimarães*, nov Série, n.º 75, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1975, pp. 82-84 (informação cotejada pela epigrafista Ana de Sá Caessa, a quem se agradece aqui publicamente) e Manuela Alves Dias, “Um epitáfio romano achado em Lisboa”, in *Euphrosyne- Revista de Filologia Clássica*, Nova Série, vol. 12, Lisboa, Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1984, pp. 235-238. A primeira tem paradeiro desconhecido. A segunda conservava-se no Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, para onde terá sido levada por um estudante, participante nas escavações.
- ⁹ Idem, nota 5. Para além das referências explícitas, foi possível constatar que a soleira em líoz rosa que integra a exposição permanente do Museu da Cidade foi retirada do monumento NE reconhecido em 1962, ou que um fragmento (inédito) de uma inscrição exumada por Bandeira Ferreira colava com metade de uma epígrafe fragmentada, publicada por Irialva Moita, integrando agora a mesma exposição. De notar, também, que a referida confrontação permite concluir que a planta de Moita é, no essencial, errônea, sendo porém possível recuperar o essencial dos dados por si proporcionados.
- ¹⁰ Rodrigo Banha da Silva, “As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo”, in *Atas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de fevereiro de 1997)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus, Col. *Monografias Arqueologia*, 1997, pp. 193-205 e idem, “Urbanismo de Olisipo: a zona ribeirinha”, in *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimientos, 2 a 4 de julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp.43-65. Com especial relevância, neste particular, a confirmação da existência de uma muralha fundacional para a cidade, cuja existência havia sido já preconizada por Jorge de Alarcão- “Lisboa romana e visigótica”, in *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Electa, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa Capital Europeia da Cultura '94, 1994, pp. 58-63. Revelado pela i.a.u. da Antiga Casa Sommer, foi publicamente apresentado em Faro em 2004- Ana Maria Gomes, Alexandra Gaspar, João Pimenta, Henrique C. Mendes e António Valongo- “Intervenção Arqueológica na Antiga Casa Sommer (Lisboa), *IV Congresso Peninsular de Arqueologia (Faro, 2004)*. Adecap, Universidade do Algarve, Faro (comunicação oral).
- O projeto desta construção datará, provavelmente, do momento da promoção ao estatuto municipal. Contudo a definição do seu perímetro é, para muitas zonas, ainda, dificilmente descortinável.
- ¹¹ Irialva Moita, “Achados de época romana no sub-solo de Lisboa”, in *Revista Municipal*, ano 19, 116-117, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1968, pp. 33-71. Foi justamente para contestar esta interpretação que Fernando Castelo Branco elaborou seu artigo referenciado na nota 7.
- ¹² Ana Vale, *Relatório da Intervenção Arqueológica da Praça D. Pedro IV (Lisboa)*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitetónico, 2 volumes, 2000 (policopiado); Ana Vale e Lídia Fernandes “Intervenção arqueológica na Praça de D.Pedo IV (Rossio) em Lisboa”, in *Atas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de fevereiro de 1997)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus, col. *Monografias Arqueologia*, 1997, pp. 109 -121; Ana Vale e Vítor Sousa, “A Barreira do Circo de Olisipo”, in *Atas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana (Amadora, 10 a 12 de novembro de 2000)*, Amadora, Câmara Municipal da Amadora, Museu Municipal de Arqueologia da Amadora, ARQA, 2003, pp. 177 -186 e Eurico de Sepúlveda, Ana Vale, Vítor Sousa e Natalina Guerreiro, “A cronologia do circo de Olisipo: a *Terra Sigillata*”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002, pp. 245-275.
- ¹³ R.B.Silva, op. cit nota 10.
- ¹⁴ Vide referências na nota 12.
- ¹⁵ Neste estudo é feita referência a um único fragmento de t.s.c.africana, inserido como inerte na estrutura da *spina/eurypos*, infelizmente não apresentado, apesar da inerente valia como indicador cronológico- Cf. Eurico de Sepúlveda, Ana Vale, Vítor Sousa e Natalina Guerreiro, “A cronologia do circo de Olisipo: a *Terra Sigillata*”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002, pp. 245-275.
- ¹⁶ Cite-se, a título de exemplo, os ritmos conhecidos hoje para a edificação do *circus* da própria capital provincial, *Emerita*, cuja construção se iniciou com Augusto, parando de seguida, para ser apenas concluído já com os Flávios, sofrendo depois remodelações sucessivas com os Antoninos e, depois, pós-constantinas, em pleno século IV d.C.- Cf. Trinidad Nogaes Besarrate, *Espetáculos en Augusta Emerita*, Mérida, Ministério de Educación, Cultura e Deporte, Museo Nacional de Arte Romano, Fundación de Estudios Romanos, Col. *Monografias Emeritenses*, n.º 5, 2000.
- ¹⁷ José Leite de Vasconcelos, “Analecta Epigraphica lusitano-romana. 9. Inscrição de Olisipo”, in *O Arqueólogo Português*, 5, Lisboa, Museu Etnológico Português, 1900, pág. 173 e idem, “Antiguidades romanas de Lisboa. Últimos descobrimientos. 1. Largo de São Domingos”, in *O Arqueólogo Português*, 5, Lisboa, Museu Etnológico Português, 1900, p. 282-283.
- ¹⁸ João Muralha, Cláudia Costa e Marco Calado, “Intervenções Arqueológicas na Encosta de Sant’Ana (Martim Moniz, Lisboa)”, in *Almadan*, 2ª Série, 11, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2002, pp. 245-246 e Rodrigo Banha da

- Silva, “As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo”, in *Atas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de fevereiro de 1997)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus, Col. *Monografias Arqueologia*, 1997, pp. 193 – 205.
- ¹⁹ Cf. Rodrigo Banha da Silva, *As «marcas de oleiro» em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. -séc. II d.C.) (dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2005 (policopiado- texto integral disponível em www.repositorium.um.pt).
- ²⁰ Cf. C. Isings, *Roman glass from dated finds*, Groningen e Jacarta, J.B. Walters, Col. *Archeologica Traiectina* edita ab Academiae Rheno-Traiectinae Instituto Archaeologico, 1957, pág. 58.
- ²¹ Cf. Michel Py, PY, M., dir (1993), *Dicocer- Dictionaire des Céramiques Antiques (VII ème s. av. n. è. – VII ème s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdam), Lattara*, 6, Lattes, Association pour la recherche Archéologique en Languedoc Oriental, 2003, pág. 172.
- ²² Idem, pág. 186.
- ²³ Jean-Pierre Bost, Maria Campo, Daniel Colls, Vitor Guerrero e Françoise Mayet, *L'Épave Cabrera III (Majorque). Échanges commerciaux et circuits monétaires au milieu du III siècle après Jésus-Christ*, Paris, Centre Pierre Paris, Col. *Publications du Centre Pierre Paris*, 23, 1992, pp. 180-187.
- ²⁴ Cf. Paz Peralta, *La Cerámica Romana Importada en Tarraconense (séc. III-V d.C.)*, Saragoça, Instituto Fernando El Católico, 1991, pág. 181.
- ²⁵ Op. Cit nota 21, pp. 192 e 194.
- ²⁶ Vasco Gil Mantas, “As cidades marítimas da Lusitânia”, in *Les Villes Romaines en Lusitanie, Hiérarchies, et Territoires (Table ronde Internationale du CNRS, 8-9 Décembre 1988)*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1990, pp.149-205 e José Cardim Ribeiro, “Felicitas Iulia Olisipo – Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea”, in *Almadan*, II Série, n.º 3, *Especial Arqueologia na Região de Lisboa*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1994, pp. 75-95.
- ²⁷ O antigo Convento de Chelas tem vindo a ser interpretado como herdeiro de um templo paleo-cristão-moçárabe e ponto de passagem da via devido ao achado de um marco miliário no local. Sem negar esta possibilidade, este entendimento merece reservas, sobretudo se se atentar à presença de materiais claramente deslocados para aí da área da cidade antiga. É o caso da epígrafe que honra Adriano, de texto e dedicantes similares a uma outra que se encontrava numa rua anterior ao terramoto que se sobrepunha às ruínas do Teatro Romano- Cf. Rodrigo Banha da Silva, “Urbanismo de Olisipo: a zona ribeirinha”, in *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimientos, 2 a 4 de julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp.43-65. Ao mesmo conjunto pertenceria a dedicatória recuperada recentemente de um muro do bairro islâmico exumado por Ana Gomes e Alexandra Gaspar na Praça Nova do Castelo de São Jorge, que Amílcar Guerra publicou e onde restituiu L[IBERTAS] / AVG(usta)- Amílcar Guerra, , in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2006, pp. – . Propomos a alternativa, que julgamos mais consistente, de leitura L[IVILLA] / AVG(usta), em referência à mulher do Imperador Lucio Vero, mais coerente com o restante do conjunto.
- Também na casa dos Bicos recolheu Clementino Amaro, em 1982, uma pilastra decorada paleo-cristã/moçárabe, em tudo idêntica à que de Chelas se recolheu ao Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa).
- Estes elementos permitem colocar a hipótese de no Convento se ter recolhido, em data desconhecida, uma coleção de um antiquarista, fragilizando a hipótese de o miliário ser procedente do local ou suas imediações.
- ²⁸ Augusto Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo- subsídios para a história de Lisboa romana*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944.
- ²⁹ Intervenção dirigida por Cristina Nozes, Pedro Miranda e o autor.
- ³⁰ Clementino Amaro, *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*, Lisboa, Fundação Banco Comercial Português, 1995 e Jacinta Bugalhão, *A Indústria Romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, Col. *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 15, 2001.
- ³¹ Cf. José Cardim Ribeiro, “Felicitas Iulia Olisipo – Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea”, in *Almadan*, II Série, n.º 3, *Especial Arqueologia na Região de Lisboa*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1994, pp. 75-95.; Vasco Gil Mantas, “Olisipo e o Tejo”, in *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimientos, 2 a 4 de julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp.15-41.
- ³² Augusto Vieira da Silva, op. cit. nota 28.
- ³³ Um seu divertículo, com origem provável no Andaluz, conduziria à zona de São Domingos de Benfica, pelas faldas da Serra do Monsanto, assumindo o trajeto da estrada real de Época Moderna por Queluz-Belas, em direção à área de Sintra.